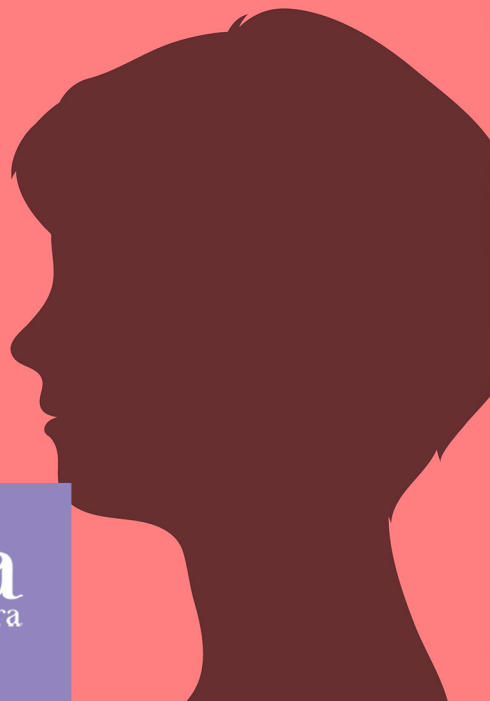


DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-945-5

DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)	
Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan	
DOI 10.22533/at.ed.4552021011	
CAPÍTULO 2	14
ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	
Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4552021012	
CAPÍTULO 3	26
UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA	
Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4552021013	
CAPÍTULO 4	46
A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO	
Daniele do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021014	
CAPÍTULO 5	66
FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA	
Luiz Alberto Marques Vieira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4552021015	
CAPÍTULO 6	88
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski	
DOI 10.22533/at.ed.4552021016	

CAPÍTULO 7	101
ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Huama Maximo Elizete Conceição Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021017	
CAPÍTULO 8	112
UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO	
Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4552021018	
CAPÍTULO 9	126
A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB	
Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4552021019	
CAPÍTULO 10	137
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES	
Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha	
DOI 10.22533/at.ed.45520210110	
CAPÍTULO 11	151
TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210111	
CAPÍTULO 12	162
O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210112	

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

CAPÍTULO 23	290
CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>) Valeria Araujo Furtado DOI 10.22533/at.ed.45520210123	
SOBRE O ORGANIZADOR	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 14/10/2019

Daniele do Nascimento Silva

Escola Municipal Vale das Pedrinhas

Salvador –Bahia

<http://lattes.cnpq.br/2819278225607760>

RESUMO: Este artigo visa discutir como o agente público Antônio Carlos de Magalhães Neto (ACM Neto), atual prefeito de Salvador, aborda a política social de combate à pobreza na sua campanha eleitoral de 2012. O trabalho analisa também as políticas públicas de enfrentamento da pobreza que foram adotadas em sua gestão. Para tanto discute o conceito de pobreza, a partir das teorias sociais culturalista e marxista. Além disso, discute brevemente o chamado “Carlismo” e a tipologia de políticas públicas. Como metodologia foi realizada a análise qualitativa das vinhetas de campanha, seguida da análise de dois programas apresentados pela Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza, o programa municipal de educação Primeiro Passo e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Percebe-se na abordagem da pobreza na campanha carlista e nas políticas públicas para seu enfrentamento que ACM Neto tem uma perspectiva culturalista e neoliberal da pobreza, a qual é reduzida a

carência de renda, além disso, o sujeito nesta condição é o responsável por seu estado e o reprodutor de sua pobreza. Conclui-se que para o eficaz combate a pobreza faz-se necessário ampliar o seu conceito, entendendo-a como a incapacidade do indivíduo viver todo o seu potencial humano, assim as políticas públicas de enfrentamento devem ser baseadas na perspectiva do desenvolvimento para a liberdade do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; ACM Neto; Enfrentamento da pobreza.

PERSPECTIVE OF POVERTY AT ACM NETO 2012 ELECTORAL CAMPAIGN AND FACING POLICIES

ABSTRACT: This article aims to discuss how Antônio Carlos de Magalhães Neto (ACM Neto), current mayor of Salvador, addresses the social policy of fighting poverty in his 2012 electoral campaign. This study also analyzes the public policies for confronting the poverty that were adopted in his management, discussing the concept of poverty through the culturalist and Marxist social theories. In addition, it briefly discusses the so-called “Carlismo” and the typology of public policies. The chosen methodology was the qualitative analysis of the electoral campaign & mottos, followed by the analysis of two programs presented by

the Secretariat for Social Promotion and Poverty Alleviation, the Municipal First Step Education Program and the National Program for Access to Technical Education and Employment - PRONATEC. It is clear according to the approach of poverty in the Carlista campaign and in the public policies for its confrontation that ACM Neto has a culturalist and neoliberal perspective of poverty, which reduces the lack of income, besides, the individual in this condition is responsible for his / her own state and the responsible of their poverty. The conclusion highlights that for the effective fight against poverty it is necessary to broaden its concept, understanding it as the inability of the individual to live their full human potential, so public policies of poverty confrontation must be based on the perspective of development for freedom of the individual.

KEYWORDS: Poverty; ACM Neto; Addressing poverty.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade brasileira marcado pelo passado colonial escravocrata reverberou numa sociedade marcada pela desigualdade, sendo a pobreza uma questão latente na nossa realidade, sendo facilmente visíveis nas ruas as marcas deste grande problema social, a pobreza. De acordo com dados oficiais do Plano Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2014), uma pessoa é considerada pobre se sua renda mensal for inferior a R\$140,00, já a extrema pobreza é caracterizada por uma renda mensal inferior a R\$70,00. Ainda segundo o PNAD (2014), pouco mais de 12 % da população está nesta situação, cerca de 22 milhões de pessoas, contudo há um contingente bem maior de pessoas que a renda mensal não possibilita vida digna, mas que não consta no critério oficial, por possuírem renda superior a R\$140,00.

A pobreza não pode ser compreendida apenas como carência, é preciso entender os processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que a constituem e que geram uma dicotomia abissal entre os sujeitos: produzindo um sujeito como desigual, incapaz, inferior, subalterno e o outro sujeito como culto, superior, capaz. O teórico Sen (1999) afirma que a pobreza é a falta de liberdade de ser e viver dignamente todo o seu potencial humano. Ser pobre não é somente não ter, mas ser cerceado de ter. É uma expressão direta das relações econômicas e de classe de nossa sociedade, fruto de um sistema que para ter reproduz a pobreza, onde acumulação e miséria vivem juntas. Os sujeitos pobres são o resultado dessas relações, que perpetuam a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural.

Tendo como pressuposto que a pobreza é um problema estrutural e que os sujeitos nesta condição não são responsáveis pela sua manutenção e entendendo a responsabilidade do governo no seu enfrentamento, este estudo tem como objetivo compreender o (s) conceito (s) de pobreza expresso na campanha eleitoral de ACM

Neto, em 2012, e as propostas de políticas públicas para o seu enfrentamento. Para tanto, faz-se necessário a compreensão dos conceitos de pobreza, pois estes norteiam as práticas políticas para o seu enfrentamento e para uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento das políticas públicas adotadas.

2 | CONCEPÇÕES DE POBREZA

A percepção acerca da pobreza e dos sujeitos que estão nessa condição é oriunda de uma construção sócio-histórica sobre este fenômeno. Esta concepção permeia o trato que estes sujeitos recebem de outros sujeitos que não estão nesta condição, além de nortear as políticas públicas que são adotadas para o enfrentamento da pobreza. As abordagens de concepção da pobreza, que servirá como base para o desenvolvimento deste trabalho serão a abordagem culturalista, abordagem liberal/neoliberal e a marxista.

A abordagem culturalista explica a pobreza a partir de fatores internos, coloca o foco sobre os sujeitos, destacando comportamentos, posturas morais tradicionais, a “falta” de valores, mentalidade antiquada em relação ao trabalho classifica estes indivíduos como diferentes e inferiores, suas origens e ações são consideradas reprodutoras de sua pobreza e seus descendentes transformando num restrito mundo, fechado em si mesmo (SILVA, 2002). O limite desta concepção consiste que ao separar fundamentos econômicos e políticos das questões sociais, considera que a pobreza está vinculada a aspectos culturais, morais e comportamentais dos próprios sujeitos que vivenciam esta situação. Atribuindo a pobreza a causas individuais e psicológicas, jamais a fatores estruturais do sistema societal.

O pensamento liberal tem com premissa a livre concorrência de mercado sem qualquer interferência do Estado, isto é, o crescimento econômico será regido pela “mão invisível”, as leis do mercado, o qual se autorregularia. Afirmava também que os indivíduos visando lucrar ao máximo suscitariam o bem-estar da sociedade, assim o único caminho para o crescimento para os países emergentes seria a defesa do mercado enquanto regulador da economia, desta forma a livre iniciativa levaria a um maior rendimento do capital. O papel do Estado na economia seria apenas de zelar e proteger a sociedade, através da manutenção das instituições financeiras e de não intervir nas relações de produção e práticas econômicas do mercado, não tendo responsabilidade com questões de ordem social como a pobreza.

A explicação da pobreza no paradigma liberal tem assumido distintas matrizes. Mas apesar das variações teóricas liberais há um aspecto central sobre a explicação da pobreza, é a identificação dos fatores da pobreza no próprio sujeito e a indicação do mercado como o meio natural para atender suas necessidades econômicas e sociais. A concepção de pobreza no liberalismo está permeada pela teoria do capital

humano desenvolvida por Schultz (1973), que afirma que as diferenças de rendas entre os indivíduos são influenciadas pelo capital humano que cada um investe em si mesmo, principalmente através da educação, ou seja, é a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição de conhecimento, que possibilita desenvolver os seus potenciais e habilidades, tornando-o mais apto para o mercado de trabalho. Assim, estes investimentos poderão reverter-se em benefícios econômicos para o próprio indivíduo. Este capital, não poderá ser roubado ou transferido, sendo um bem pessoal que o sujeito terá durante toda a sua vida e que influenciará em sua trajetória social e econômica.

Desta forma, Gazier apud Silva (2002) afirma que este paradigma define como pobre, o sujeito que possui renda insuficiente para realizar investimentos em capital humano necessários a uma inserção normal nas demandas coletivas. A explicação da pobreza se orienta pela premissa da defesa do mercado, pois permitirá o desenvolvimento da produção e eficiência máxima de cada sujeito e eliminará as vantagens previamente adquiridas, assim a pobreza e a desigualdade serão superadas pelo livre funcionamento do mercado.

A perspectiva neoliberal sobre a pobreza é evidente no relatório do Banco Mundial de Combate a Pobreza (instituição financeira atua desde 1980 como importante formuladora de recomendações políticas para os países periféricos e como disseminadora das políticas de cunho neoliberal, seus relatórios preconizam e pressupõem esta ordem societal) define a pobreza como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo (Ugá, 2004). Diante disso, duas questões vêm à tona: o que é um padrão de vida mínimo? O que se entende por incapacidade? O padrão de vida mínimo deve ser avaliado pelo consumo, ou seja, a despesa necessária para se obter um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas além de, uma quantia que possibilite a participação do sujeito na vida cotidiana da sociedade. O termo “incapacidade” refere-se a duas questões: oportunidades econômicas e prestação de serviços sociais, o enfrentamento da situação de pobreza de um indivíduo, passa pela implementação de políticas nessas duas áreas. Portanto, o conceito de pobreza neste modelo econômico compreende o pobre como o indivíduo incapaz, que não consegue, não garante, o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Portanto, a pobreza passa a ser vista como um fracasso pessoal daquele que não consegue ser competitivo, assim atribui a filantropia individual ou organizacional a responsabilidade pela intervenção social. Desta forma, a autoajuda, a solidariedade local, o benefício e a filantropia substituí a responsabilidade estatal de garantir os direitos constitucionais dos cidadãos.

Assim, o atendimento ao pobre pelo Estado é extremamente focalizado, assim o Estado se exime de atender aos outros sujeitos em condição de pobreza, mas que não estão neste perfil sem renda, pois estes são aptos de garantir seu próprio

sustento, pois os pobres são vistos como os incapazes de se inserir no mercado. Sobre esta questão, Ugá afirma

A política social da “neo-sociedade” do liberalismo assume um caráter assistencialista, focalizando e restringindo seus serviços apenas àqueles que conseguem enquadrar-se na categoria “pobre”, que acaba sendo, no final das contas, oca e bastante variável. (2012, p.7)

Desta forma, as políticas de combate à pobreza, limitam-se a transformação do sujeito de incapaz, inapto, em um sujeito capaz e competitivo, apto para o mercado, através do aumento de seu capital humano. Para tanto, faz-se necessário que o Estado canalize toda sua capacidade de arrecadação para este fim. Ao invés de estimular políticas redistributivas (esse tipo de política tem o objetivo de redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e por meio de recursos. Nesta política, as camadas mais altas da sociedade são as responsáveis por financiar as pessoas de renda inferior, os beneficiários), o Estado estimula o capital a investir, garantindo e preservando o lucro, mesmo diante de oscilações do mercado, em contexto de crise.

A abordagem marxista entende a desigualdade na sociedade capitalista como resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas e não resultado do seu desenvolvimento deficitário, como argumenta liberais/ neoliberais, a desigualdade é vista como corolário do processo que mesmo em fartura de mercadorias, articula acumulação e empobrecimento. O fundamento deste paradigma é de que a exploração é inerente a constituição do sistema de produção capitalista que se assenta na perda de acesso aos meios de produção pelo trabalhador, tais meios concentram-se nas mãos dos proprietários, os capitalistas, assim, os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos proprietários. Durante um dia de trabalho, o trabalhador produz um valor excedente que não lhe é repassado, pertence ao capitalista, quanto maior este excedente maior o lucro obtido pelo capitalista (MARX, 2011).

No modo de produção capitalista a pobreza é gerada pela acumulação privada de capital, por meio da exploração da mais-valia (valor excedente de trabalho) na relação entre donos de meios de produção e donos da força de trabalho. Neste modo de produção não é precário o desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que produz a desigualdade e a pobreza, pois quanto mais excedente o trabalhador produz, mais riqueza lhe é expropriada e apropriada pelo capital. A acumulação do capital em poucas mãos produz a desigualdade e a pobreza e a subalternização das massas pelos ditames econômicos, político e cultural do capital.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA SOCIAL E POBREZA

A complexa vida em sociedade, marcada por distintas cosmovisões, valores, interesses e volições, maneiras de ser, pensar, se organizar no mundo, além das distinções de gênero, etnia, classe social, escolaridade dos sujeitos compõem a amálgama das relações societais. Para que estas relações não cheguem sempre a conflitos derradeiros, devido à busca de privilégios e interesses privados, instituiu-se a política.

Souza (2007) ao traçar o estado da arte dos principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas sintetiza que políticas públicas são ações ou intervenções do Estado (ou de um determinado governo) demarcado por um momento histórico que visam atender demandas prioritárias da sociedade. Essas demandas podem ser social, econômica, de gestão para que as ações do governo funcionem no sentido de atender as necessidades da sociedade brasileira. São decisões do governo que visam garantir o funcionamento do estado no cumprimento de deveres, funcionamento da máquina pública em prol de interesses prioritários da sociedade.

Compondo o rol das políticas públicas estão as políticas sociais que começou desenvolvendo seus estudos sobre o estado de bem-estar social - origem e consequências. Inicialmente, esta política visa atender as necessidades sociais trazendo bem-estar social aos cidadãos, elas são implementadas por meio de programas e ações do Estado para atender direitos sociais e cobrir riscos. Estas políticas são transversais, pois são compostas pelas áreas de segurança alimentar e nutricional, assistência social, saúde, previdência social, habitação, educação, trabalho, emprego e desenvolvimento agrário. As políticas sociais no Brasil se consolidaram a partir da Constituição de 88, que efetivou o reconhecimento de direitos sociais básicos e a ampliação da cidadania dos brasileiros, regulada pelas gramáticas do clientelismo ou cooperativismo.

Abranches (1994) afirma que a política social interfere na lacuna oriunda dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade. Esta deve ser uma ação redistributiva, uma ação estatal de alocação e distribuição de valores, assim seu objeto é a reapropriação de recursos extraídos de distintos segmentos sociais, com diferentes proporções, por meio da tributação. Esta política é uma obrigação permanente do Estado e deve ter duas faces distintas, uma voltada para as questões que determinam a redução da capacidade das pessoas de obter renda suficiente e outra para circunstâncias temporárias, coletivas ou individuais.

O autor salienta que esta política não pode ser submetida aos ditames definidos pelos mecanismos de preços, nem avaliada em sua eficácia por critérios de mercado, pois se assim ocorre, privatiza-se, retirando o foco de seus objetivos, comprometendo-

se o qualificativo que a caracteriza ser voltada para o social. Esta política como ação pública deve corresponder a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sob variadas modalidades, não seguindo a lógica do mercado que espera trocas recíprocas. A intervenção unilateral do Estado visa dirimir as desigualdades sociais e garantia dos direitos sociais dos cidadãos. Abranches (1994) também destaca que a política social não pode ficar restrita aos problemas sociais, ela requer uma nova política econômica que suscite mudanças que permitam elevar o patamar de renda das populações pobres e redirecionar o padrão de produção/ consumo, garantindo melhores condições de acesso ao conjunto de bens e serviços essenciais.

4 | CARLISMO

O estudo das políticas sociais do governo de ACM Neto requisita a contextualização deste ator político que está inserido numa forte tradição política, denominada Carlismo. Por Carlismo entende-se que é o termo utilizado para denominar o grupo político constituído no estado da Bahia, desde o começo dos anos 70 em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães, ACM. A relevância deste grupo perdurou por décadas, sendo um dos mais importantes do estado e influentes do país. O percurso histórico do Carlismo estrutura-se na construção de alianças político-partidárias de maneira que fortaleça sua base local pela sua inserção no cenário nacional, normalmente concatenado a elite política dominante. Alinhado a isso, há um perfil político carismático modernizante e autocrático, com um líder que comanda de modo vertical e chama para si a responsabilidade política (DANTAS NETO, 2006).

O perfil carismático personalista de ACM, de defensor de povo é uma marca de sua estratégia modernizante. O caráter autocrático é a marca de uma liderança despótica, com concepção vertical da política pela qual processos decisórios são atribuições restritas a elite dirigente, esta atitude pode, assim como a trajetória de ACM demonstra, adaptar-se tanto a contextos institucionais autocráticos quanto de competição democrática, no regime democrático ao povo caberia somente escolher e depois aclamar a elite governante. Também é típico desta característica o consenso que o líder poderia usar de qualquer método, ainda que seja de truculência e autoritarismo, agindo sem escrúpulos éticos diante de “inimigos”, sejam eles adversários políticos ou grupos sociais que não pertencessem a suas redes de lealdade.

O maior herdeiro do capital simbólico do Carlismo é o atual prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto. A jornada política de ACM Neto inicia em 1999, como assessor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, função que ocupa até 2002, ano em que é eleito pela primeira vez como deputado federal, em 2006

tem seu segundo mandato como deputado. Em 2010 candidatou-se a prefeitura de Salvador, contudo perdeu. Este resultado será exitoso na campanha de 2012 a prefeitura de Salvador, a qual será o objeto de análise deste sucinto estudo. Em 2016, foi eleito pelo terceiro ano consecutivo o melhor prefeito do país, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Paraná. Neste mesmo ano foi eleito novamente para o executivo municipal com 74% de votos válidos no primeiro turno.

Pereira (2014) ao estudar a trajetória política do atual prefeito, desde seu começo em 2002 como deputado federal a 2012, afirma que sua carreira começa fortemente ligada à imagem de seu avô, bastante vinculado aos recursos políticos disponíveis ao bloco carlista, sendo eleito devido, em grande parte, aos espólios da tradição carlista, ao seu repertório simbólico. De acordo a teórica, seu segundo mandato como deputado em 2006, assumiu uma estratégia política mais independente, mesclando vinculação ao grupo carlista à ênfase em sua atuação. ACM Neto consolida a imagem de Carlismo renovado, contudo não perde a característica autocrática. A manutenção desta tradição política ao longo dos anos evidencia um grupo político maduro, capaz de extrair vantagens de diferentes circunstâncias políticas beligerantes que tem marcado a história política brasileira e baiana.

5 | ANÁLISE DA CAMPANHA ELEITORAL

O objetivo deste estudo foi compreender o conceito de pobreza e a sua caracterização expressa na campanha eleitoral de ACM Neto em 2012 e as propostas de políticas sociais para o seu enfrentamento, com a metodologia de pesquisa qualitativa, através da análise dos vídeos de campanha eleitoral do candidato ACM Neto, através da grade de análise: o que é dito sobre a pobreza, como a pobreza é apresentada e as propostas de combate à pobreza. Seguido de uma pesquisa documental das propostas de combate a pobreza da Secretária de Combate à Pobreza e Promoção Social, com enfoque no programa PRONATEC e Primeiro Passo.

A fim de realizar esta pesquisa foram assistidos cerca de 40 vídeos da campanha eleitoral a prefeitura de Salvador em 2012 o candidato ACM Neto e de seu principal adversário na época, o candidato Nelson Pelegrino, do PT, além de entrevistas a rede de TV e debates, cujo tempo variam em média de 5 a 10 minutos. Contudo, o foco está sobre quatro vídeos onde ocorreram a visita a quatro bairros populares de Salvador, a Massaranduba, na localidade de Baixa do Petróleo, a visita aos bairros de Arenoso e Periperi, a comunidade Cidade de Plástico, Zé Ferina de Periperi e Nova Constituinte A análise destes vídeos se estruturou em três categorias de análise: os sujeitos falam sobre sua condição de pobreza, como a pobreza é apresentada e as propostas de combate à pobreza, explanadas, a seguir.

5.1 Discurso carlista: cuidado e esperança

Nesta seção será exposto a fala dos moradores e do candidato sobre a pobreza e as necessidades apresentadas pelos populares. Serão apresentados os discursos de campanha, de quatro vídeos de campanha onde o candidato visitou a comunidades pobres de Salvador, focando na temática pobreza.

A proposta do candidato para melhorar as condições de vida dos moradores de Arenoso foi melhorar o cadastramento do Bolsa Família. Na comunidade da Baixa do Petróleo, caminhando pelo local em meio a palafitas e lixo no chão uma moradora relata “a gente é um povo esquecido”, o candidato pergunta não tem coleta de lixo, vocês moram aqui no meio do lixo? A moradora segue falando “a gente mora no meio do lixo, no meio dos ratos que destrói tudo da gente”. ACM continua falando “ninguém pode morar com dignidade em cima das palafitas e prossegue a CONDER (órgão do governo do Estado) começou a fazer umas obras aqui e parou se a CONDER assumisse seu compromisso com a comunidade, quantas pessoas poderiam estar vivendo com dignidade? Vivendo fora do lixo, fora do meio dos ratos.” Como proposta apresenta o projeto Prefeitura bairro com intuito de atender as necessidades do bairro. Na comunidade Zé Ferina de Periperi, um morador local traz que a principal necessidade deles “a uma boca só”, há um consenso é o saneamento básico, água, rede de esgoto, energia. O prefeito responde dizendo que a comunidade é um exemplo da ausência do poder público. Outra moradora reclama da falta de infraestrutura, de creches, pois eles precisam se deslocar para Paripe, como proposta haverá um aumento das creches e melhoria de infraestrutura das creches comunitárias. Além disso, haverá a assistência a saúde, e ele melhorará a iluminação e enfrentará o problema do saneamento básico.

Uma prática comum do Carlismo é a construção de uma imagem do ator político como o salvador dos pobres, há um perfil político carismático e autocrático, com um líder que comanda de modo vertical e chama para si a responsabilidade política. O caráter autocrático do Carlismo é uma característica de uma liderança despótica, que tem uma compreensão vertical da política pela qual os processos decisórios são atribuições restritas a elite dirigente, ao povo lhe é legado apenas escolher e depois aclamar a elite governante (PEREIRA, 2014). O candidato carlista ao executivo municipal em 2012, visitou quatro comunidades e em todas, ele mantém o mesmo discurso para combater a pobreza: melhorar o cadastramento da prefeitura para dar o Bolsa Família à uma quantidade maior de pessoas. Diz querer governar de perto, junto com o povo, juntamente a prefeitura bairro. Apenas em uma comunidade esta proposta é ampliada, na Comunidade Zé Ferina o candidato afirma que haverá um aumento das creches e melhoria de infraestrutura das creches comunitárias, prestando assistência à saúde, melhorará a iluminação e enfrentando o problema do

saneamento básico.

Percebe-se nas visitas de ACM aos bairros periféricos uma percepção alienada de toda a pobreza do ambiente, da ausência de infraestrutura e condições básicas de vida dos moradores, expresso em falas de cuidado e esperança que não problematizam tal situação, como “o que a gente precisa em Salvador é uma esperança nova” ou “a prefeitura tem o dever de cuidar das pessoas”. O que é reproduzido na fala de uma das moradoras destas comunidades “a gente precisa de uma pessoa que lute pela gente, que cuide da gente”. O discurso do cuidado presente nas falas acima esvazia a ação dos sujeitos destas localidades como atores políticos, pois estes estarão recebendo por benevolência e não por dever do candidato, o que de direito cabe aos cidadãos. Além das promessas de executar o que já é direito desses cidadãos como saneamento básico, escola e moradia o candidato se apresenta como o salvador que resolverá todas as necessidades destes moradores.

Desta forma, candidato e moradores reproduzem e se beneficiam da condição de pobreza política (de ambos os atores) descrita por Demo (1996), onde os sujeitos em situação de pobreza são tratados como massa de manobra nas mãos do Estado e das elites, cabendo ao povo só deveres, sem direitos. É angustiante o quadro de pobreza política onde o povo não exige, não luta por seus direitos, mas pede, suplica ou espera passivamente, vendo o Estado como patrão ou tutela e o serviço público como caridade governamental, figura paternalista.

Pereira ao estudar a nova fase do Carlismo em ACM Neto relata sobre a campanha dele a prefeitura em 2012 que “a estratégia de construir sua imagem como uma alternativa de mudança para Salvador parece ter cativado os eleitores. De alguma forma, ACM Neto conseguiu se apresentar como candidato ao resgate da autoestima de Salvador” (2017, p.13). Uma perspectiva assistencialista do pobre oriundo da visão culturalista da pobreza norteia estes discursos de cuidado que ao não evidenciar os fatores da pobreza, enxerga como um fenômeno que começa e se encerra em si mesmo, como um problema do indivíduo, como déficit educativo, despreparo para o mercado do trabalho, a culpabilização da pobreza recai sobre o próprio sujeito e suas ações. Desta forma as questões sociais são tratadas de maneira fragmentadas, não tendo a atenção necessária para o enfrentamento desta questão.

Uma questão presente nos discursos de campanha e que perpetua nos seus projetos de enfrentamento a pobreza, é o esvaziamento da pobreza, a pobreza não é pensada de forma estrutural, como um problema sistêmico de falta de acesso a bens e serviços fruto de um modelo econômico que a reproduz, (a pobreza) nem é vista como a falta de liberdade de ser e viver dignamente todo o seu potencial humano cerceado, contudo apenas é apresentado seu resultado e não as suas causas. Em suma, o candidato ACM Neto se beneficia da pobreza política dos cidadãos apelando

para um discurso de cuidado para mantê-los presos a sua pessoa. Além disso, seu sensacionalismo político esgota a imagem da miséria, mas que não problematiza realmente esta condição.

5.2 Espetacularização da pobreza:

A exploração da imagem através de sua alienação da vida cotidiana é denominado pelo teórico Derbot (2003), na sua obra Sociedade do Espetáculo, como espetacularização da vida, segundo o autor, a sociedade capitalista se estrutura numa acumulação de espetáculos, tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação, desta forma as imagens fluem desligadas dos reais aspectos da vida. O espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana, numa simplificação e esvaziamento das vicissitudes da vida como simples aparência. Desta forma a realidade é compreendida parcialmente e reflete em sua própria unidade geral à parte, objeto de pura contemplação, um falso retrato da realidade.

As imagens apresentam as moradias e ambiente de convivência dos sujeitos residentes destas localidades. Mas a abordagem, a caracterização da temática pobreza através das imagens exploradas na campanha, além de expor a condição de vulnerabilidade destes sujeitos, de forma sensacionalista e vexatória, ridiculariza e afronta a dignidade do indivíduo, por residir de forma tão primária, em palafitas, barracões ou estruturas feitas de lonas; estando próximo ao lixo, ratos e esgoto ao céu aberto. Não porque estes sujeitos são inferiores ou sem dignidade por viverem nestas condições, mas por reduzir o ser sujeito ao ter. Na campanha de ACM Neto há a espetacularização da pobreza através da superexposição da carência e miséria extrema dos sujeitos, a pobreza é exposta separadamente dos fatores que produz e reproduz neste quadro social. Como explica Vanderlei de Castro (2013, p.147),

O que as campanhas eleitorais mostram vem sempre isolado do ambiente real e do passado das coisas – não convém discutir a origem, nem como a miséria se perpetua – também não são declaradas as intenções, e menos ainda as consequências reais da ajuda prometida pelos candidatos.

O teórico explica o que pode ser objeto de contestação e crítica ao sistema, se torna em imagens que entretêm (unilateralmente) a própria sociedade. Há uma pobreza “construída”, fragmentada, alienada da realidade, conectada as contradições do mundo, um olhar iludido e limitado, dos espectadores sobre o fenômeno produzindo uma falsa interpretação da realidade. Esta imagem construída passar a ser a principal ligação e visão do sujeito do mundo real, sem espaço para o sujeito e sua interação e vivências com o meio, tudo se torna representação. Debord afirma que o indivíduo deixa de refletir sobre sua realidade e torna-se espectador de sua

própria vida, o qual está aprisionado pela consciência espectadora a um universo achatado e restrito mediado pela produção midiática do espetáculo, que absorve sua própria vida cotidiana. O mundo real se converte em simples imagens, tais imagens como numa hipnose faz com que o sujeito veja por diferentes mediações seu mundo, numa abstração generalizada da sociedade atual, onde a vida concreta de todos se degradou em universo especulativo.

O discurso do candidato de indignação com as condições de sobrevivência dos sujeitos das comunidades visitadas alimenta-se da condição de miséria destes indivíduos, explorando as múltiplas ausências destes sujeitos, transformando num espetáculo. ACM Neto norteado pela lógica da sociedade espetacular de degradação do ser em ter, que busca de forma generalizada “ter” e “parecer”, ao expor as carências destes sujeitos expõe essas comunidades a esta lógica cruel do “ter” e do “parecer” que enxerga a pobreza como o local onde não ter é igual não ser.

Esta lógica *Ter versus Ser* reforça a visão culturalista da pobreza, que explica esta condição, a partir de fatores internos aos sujeitos, destacando comportamentos, posturas morais tradicionais, a “falta” de valores, a mentalidade atrasada e a falta de disposição para o trabalho. Estes indivíduos são estereotipados como inferiores, criminosos, preguiçosos e suas origens, suas ações são consideradas as reprodutoras de sua pobreza e de seus descendentes transformando a pobreza num restrito mundo, fechado em si mesmo. A abordagem adotada por ACM Neto pouco contribui para que os sujeitos moradores destas comunidades carentes reflitam sobre a sua condição de pobreza e questionem sobre as condições sócio-históricas que possibilitou esta condição. Ao contrário, ao evidenciar sua carência perpetua visão do Ter em detrimento do Ser, onde a pobreza é o lugar das ausências e o não ter é igual a não ser. Assim, estes indivíduos são pobres, por fatores intrínsecos a ele e continuarão nesta condição.

5.3 Análises das Políticas Públicas

A Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza – SEMPS do município de Salvador oferece 14 programas de enfrentamento a pobreza, porém este estudo destacará os programas Pronatec Brasil sem Miséria e o Programa Primeiro Passo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec é um programa criado pelo governo federal, em 2011, para proporcionar que mais pessoas tenham acesso ao ensino técnico profissionalizante. O programa visa retorno ao sistema educacional de pessoas que estão há muito tempo distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional elevando chances de inclusão produtiva ou melhorando condição de inserção no trabalho (PRONATEC, 2017). Os cursos serão ofertados em instituições de ensino técnico e tecnológico, como as

unidades do sistema nacional de aprendizagem (SENAC e SENAI) e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O público alvo são pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico (programa de cadastro de famílias com renda familiar de até três salários mínimos ou ½ salário mínimo per capita mensal, visando o acesso aos Programas Sociais do Governo Federal: Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, PRONATEC, Carteira do Idoso, entre outros), com idade a partir de 16 anos, tem prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita de até R\$70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda.

O Programa Primeiro Passo tem objetivo de atender a primeira infância, que vai de zero até os cinco anos de idade com um auxílio financeiro de R\$50,00 para as famílias que recebem o Bolsa Família e não conseguiram vagas nas creches ou pré-escolas municipais e conveniadas pela prefeitura de seu bairro. O limite do auxílio é de três crianças por família, podendo ultrapassar este limite somente no caso de gêmeos (PRIMEIRO PASSO, 2017). De acordo o decreto nº 26.283/2015, as famílias beneficiárias do Projeto Primeiro Passo deverão participar de encontros periódicos organizados pelas Secretarias Municipais da Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), da Educação (SMED) e da Saúde (SMS) e voltados para o desenvolvimento da primeira infância. Além disso, as famílias beneficiárias do programa serão assistidas por meio de visitas técnicas bimestrais, realizadas por agentes de desenvolvimento infantil, a fim de acompanhar o desenvolvimento da criança e garantir o efetivo cumprimento das condicionalidades do projeto.

Dos 14 programas apresentados pela Secretária de Combate à Pobreza 6 são financiados por recursos do governo federal, em outros programas não foi possível constatar se o financiamento é federal ou municipal. Assim, apesar da proposta original do trabalho ser de fazer uma análise das políticas públicas municipais de combate à pobreza, devido à baixa descentralização ainda presente no governo de ACM Neto frente as políticas sociais será analisado o PRONATEC, programa federal fortemente difundido pelo município. Além do programa Primeiro Passo, projeto municipal.

5.3.1 PRONATEC, Neoliberalismo e o Capital Cultural

As perspectivas (neo)liberal norteiam algumas medidas da gestão de Carlisle. Onde o Estado é mínimo, e não deve intervir na economia, possibilitando o livre comércio. O sujeito pobre neste paradigma é o indivíduo incapaz de produzir, que não garante, o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Assim, a pobreza é vista como um fracasso do indivíduo, pois não consegue ser competitivo, o qual é responsável pela manutenção de sua condição de pobreza.

Esta corrente (neo)liberal dialoga com a teoria do Capital Humano que compreende que a educação e o treinamento potencializam o trabalho, sendo um investimento social ou individual igual ou superior ao capital monetário. Uma educação precária corresponderia a uma produtividade precária, ineficiente. O investimento em educação acarretaria em retornos pessoais e sociais. Há uma relação direta entre educação e produção, a educação e a qualificação profissional seria a solução para superar as desigualdades sociais e a pobreza (FRIGOTTO, 1993).

A ideia é que, ao educar-se, qualificar-se mais, o indivíduo torna-se mais apto a competir com os outros por um emprego melhor no mercado e, portanto, a obter uma renda maior. Logo, há uma contínua necessidade de ele procurar ser mais competente que os outros, a fim de garantir o aumento de sua empregabilidade. O sujeito que faz parte do mercado é o que possui capital humano, educação e saúde. Aqueles que não têm esse tipo de capital não são aptos para atuar no mercado, ou seja, não tem autonomia para competir com os outros. Esses indivíduos são os “pobres”, com os quais o Estado compensa com políticas sociais.

O programa PRONATEC apresenta um viés neoliberal e aproxima-se da concepção do capital humano, devido seu objetivo tecnicista de qualificação profissional para elevar as chances de inclusão produtiva ou melhorar a condição de inserção no mundo do trabalho. Na teoria do capital humano o fortalecimento da economia possibilitará uma redistribuição de renda. O crescimento econômico suscitaria um decréscimo nos níveis de desemprego, levaria a uma crescente transferência de renda; por isso o governo oferta os cursos a fim de dinamizar a economia, pois a educação é o capital humano basilar, pois produz a capacidade de trabalho. Os cursos profissionalizantes não possibilitam que estas pessoas suplantem a condição de subalternidade, pois a oferta de cursos concentra-se na área de comércio de bens, serviços, turismo e construção civil. Esta visão econômica reduz e transfigura o conceito de homem, de classe, de capital e de educação, numa perspectiva genérica e a-histórica, que não compreende que o sujeito não se limita ao econômico sendo um ser histórico, político, social.

Nesta perspectiva neoliberal, a pobreza não é vista como um problema estrutural, mas num viés limitado, em que a expropriação, a exploração e a opressão social não existem. A pobreza é explicada pelo viés culturalista, por motivos pessoais, focada no sujeito, ela é fruto de sua inaptidão, de sua preguiça, de sua incapacidade de se inserir e competir no mercado livre. As desigualdades sociais e a pobreza só serão suplantadas a longo prazo, com o progresso social, consequência do desenvolvimento econômico das políticas de combate à pobreza com foco na diminuição da extrema pobreza, não mexendo nas estruturas sociais que a reproduzem. As políticas sócias de enfrentamento a pobreza tem uma ação focalizada para os indivíduos que não estão no processo produtivo.

5.3.2 Um Primeiro Passo a frente e outros tantos atrás

O Programa Primeiro Passo foi amplamente difundido na campanha de ACM Neto à prefeitura em 2012, como alternativa as crianças que não estavam sendo assistidas por creches ou pré-escolas, o projeto ganhou dimensão que tornou-se a lei municipal N° 8651/2014. O censo do IBGE, de 2010 revelou que no município de Salvador na época havia 12.312 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 5.897 na faixa entre 4 e 5 anos. Os dados do IBGE também constataram que no município havia 9.643 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 78,3% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária fora da escola. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 1.531 crianças fora da escola, 26% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária.

Sintetizando, na primeira infância há 18.209 crianças na extrema pobreza, deste contingente 11.174 crianças estão fora da escola, apenas 7.035 que se encontram na extrema pobreza estão na escola, o montante que não está deve ser atendido pelo programa Primeiro Passo. Tais dados evidenciam a relevância e emergência deste programa, cujo um dos objetivos é melhorar os indicadores municipais de saúde e educação na primeira infância de Salvador; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Município de Salvador (Decreto nº 26.283/2015).

Contudo, os objetivos propostos de melhorar os indicadores de saúde e educação e a emancipação das famílias que vivem na pobreza extrema são deveras exacerbados para um auxílio tão limitado de R\$50,00. Este benefício não possibilita que estas crianças sejam matriculadas em creches particulares, nem que os sujeitos que estão na pobreza extrema suplantem esta condição, porque esta é uma política pública distributiva, de alocação de recursos, que caracteriza-se por não gerar grandes conflitos. Isso se deve, pois segundo Lowi (1964, 1972) A política distributiva parte do princípio de que é adequado que cada um procure benefícios ou favorecimentos para si, mas é inadequado e injusto opor-se aos favorecimentos ou benefícios buscados e alcançados por outros. O teórico afirma que para enfrentar a pobreza, as desigualdades, é preciso elaborar, implementar e executar políticas redistributivas, pois estas questionam a distribuição do poder na sociedade. Nesse tipo de política pública uma parte da população paga mais em impostos do que recebe em serviços, o que gera impacto nas classes sociais, pois cria dois polos, um beneficiado e outro prejudicado.

Velloso (1991) como Lowi, afirma que as políticas redistributivas são as únicas capazes de diminuir as desigualdades tão gritantes que há no Brasil. Velloso defende a reorientação dos objetivos dos programas e a redefinição do público a ser atendido, priorizando a população pobre. Assim, deveria ter mais ensino básico gratuito, para

os pobres, e menos ensino universitário gratuito, para as classes média-alta e alta, o que é bem diferente dos dados trazidos pelo IBGE, onde mais de 11 mil crianças na extrema pobreza que estão fora da escola. Além disso, o autor defende a ideia de priorizar ações no Nordeste e nas periferias das regiões metropolitanas, em uma tentativa de reverter as desigualdades regionais.

A lei que regulamenta o programa Primeiro Passo afirma que os beneficiários devem ter reuniões periódicas organizadas pelas secretárias de educação, combate à pobreza e saúde, como afirma o artigo abaixo

Art. 9º II - As famílias beneficiárias do Projeto Primeiro Passo deverão participar de encontros periódicos organizados pelas Secretarias Municipais da Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS), da Educação (SMED) e da Saúde (SMS) e voltados para o desenvolvimento da primeira infância. (SALVADOR, 2015)

A proposta é inovadora, pois pensa um atendimento plural as pessoas em condição de pobreza, rompendo na letra da lei com a limitada concepção de pobreza como carência de recursos, através de encontros onde as secretarias trabalhariam juntas, compreendendo estes sujeitos como um todo complexo. Mas, a realização destes encontros são semestrais, o que impossibilita um acompanhamento próximo e contínuo dos beneficiários, resignando-os a contínua condição de dependentes de auxílio estatal. É preciso destacar que este estudo não coloca e nem enxerga os sujeitos em condição de pobreza como passivo recebedores das políticas estatais, contudo a execução do programa conforma-os a esta condição e não suscita a emancipação.

De acordo o artigo 6º desta mesma lei municipal, o poder executivo está outorgado a abrir crédito especial, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de atender as despesas do projeto, tal quantia poderia ser usado nas construções de novas escolas, contudo, é preferível ao líder do executivo municipal manter programas como este em que é repassado aos beneficiários R\$50 e os mantém ligado diretamente a sua pessoa, tal programa, atua pontualmente e faz-se necessário diante da grande necessidade destes sujeitos, mas não promove a autonomia deles, nem possibilita que estes suplantem a condição de pobreza, mas é lucrativo eleitoralmente retornando em votos ao político.

Entendendo a pobreza como um problema complexo e multifacetado, que se constitui como um cenário de privação de aspectos essenciais, como o bem-estar, saúde, educação, saneamento básico e moradia. A proposta de um projeto, cuja finalidade é o atendimento a primeira infância para melhorar os indicadores municipais de saúde e educação de Salvador e estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no Município de Salvador através de um benefício irrisório, é um claro fato de omissão do Estado,

que reduz a pobreza ao fator econômico e se limita a dar o benefício, deixando o sujeito por sua própria conta.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm” Crespo e Gurovitz (2002, p. 6). As abordagens da pobreza apresentadas compreendem este problema social pelo viés culturalista, pelo liberal / neoliberal e pelo marxista. Apesar de serem distintas e entenderem as causas da pobreza diferentemente, estas perspectivas têm um cerne comum, elas analisam a pobreza como deficiência econômica dos sujeitos que estão nesta situação.

Sen (1999) amplia o conceito de pobreza, como privação de capacidades elementares que varia desde ser adequadamente nutrido, estar livre de doenças evitáveis, ter acesso a educação, a saúde, ao transporte público, ter condições adequadas de moradia, a atividades como, possibilidade de participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. Essa definição não ignora o fato da pobreza está caracterizada também com uma renda inferior. Os moradores das comunidades visitadas não são pobres apenas por uma questão de renda, mas porque tem suas possibilidades de se desenvolver plenamente cerceada, diante da ausência de creches e escolas na comunidade, condições de moradia elementar nas palafitas, barracões ou lonas, ausência de infraestrutura de saneamento básico, sem coleta regular de lixo, numa situação onde o esgoto corre à céu aberto na frente de suas casas, onde crianças e adultos dividem espaços de convivência com roedores e insetos, suscitando doenças endêmicas que poderiam ser evitadas em outras condições. Eles são pobres porque lhe é roubada a oportunidade de viver, travando uma luta diária na subcidadania.

As políticas sociais de combate à pobreza devem pensar a expansão das capacidades humanas, ampliar as possibilidades dos indivíduos que são destinatários. O aumento das capacidades dos sujeitos normalmente possibilita a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Este conceito começa a ser vislumbrado no projeto de lei que estrutura o programa Primeiro Passo, ao propor encontros periódicos realizados conjuntamente pela secretaria de promoção social, esporte e combate a pobreza, secretaria de saúde e de educação, contudo a periodicidade destes encontros têm sido semestrais, o que torna muito difícil a ampliação da capacidade destes sujeitos.

Políticas sociais de combate à pobreza setORIZADA e que não a compreendem de forma multidimensional não atende completamente as necessidades das pessoas e possibilitando que elas superem a condição de pobreza. Logo, não é suficiente o

aumento no cadastro do Bolsa Família, a capacitação do sujeito para o mercado de trabalho, criação do Programa Primeiro Passo programas de transferência de renda, pois dirimir a pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. As políticas sociais devem garantir a todos os cidadãos educação, saneamento básico, saúde, segurança, mas a ausência ou precariedade destes serviços públicos leva o sujeito ao consumo privatizado destes. O Estado cada vez mais enxuto oferece programas específicos para os sujeitos em situação de pobreza. Assim, o aumento da renda é insuficiente, pois deixa o indivíduo eternamente cativo na busca individualizada por uma renda maior para atender necessidades onde o Estado não cumpre o seu papel com políticas clientelistas.

O viés culturalista da pobreza que coloca a culpa no pobre por seu estado permeia a campanha eleitoral, pois não evidencia os fatores sociais e econômicos da pobreza encerrando este fenômeno em si mesmo e pouco contribui para que os sujeitos, moradores das comunidades carentes questionem acerca de seu estado pobreza e sobre as condições sócio-históricas que reproduzem esta condição. Nos vídeos de campanha e políticas de ACM Neto há uma espetacularização da imagem da pobreza, que expõe as condições precárias e de extrema carência de moradia dos sujeitos, mas que não problematiza as causas que a produzem e reproduzem apenas a coloca como o local das ausências, do não ter que facilmente na nossa sociedade é confundido com o não ser. Assim, os sujeitos nessa condição social tem a visão sobre si a-histórica e acrítica, sem refletir e questionar sobre os fatores que levaram a este quadro. Percebe-se também um discurso de cuidado e esperança que constrói a imagem do ator político em questão como benevolente, tutor dos pobres, esta visão dilui o papel do cidadão como sujeito de direitos e deveres, resignando-o ao papel de beneficiário que vê o serviço público como caridade governamental e não como dever do Estado. Assim, ACM Neto renovando a tradição carlista de líder autocrático, chama para si de modo vertical a responsabilidade pela ação política esvaziando o papel do cidadão neste processo.

Políticas de combate a pobreza que não a entendem de forma multidimensional não atende as demandas das pessoas e nem possibilitará que elas superem a condição de pobreza. Dirimir a pobreza de renda não pode ser o único foco destas políticas sociais. O seu enfrentamento deve ser pautado num desenvolvimento para a liberdade dos sujeitos, a qual expande as capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que desejam, ampliando possibilidades dos sujeitos serem e estarem no mundo como melhor lhes apraz, possibilitando que estes sejam seres sociais completos, exercendo suas volições, interagindo na sociedade em que vivem e influenciando sobre seu mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos. **Política social e combate a pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo, SP: FAPESP; Rio de Janeiro, RJ: Revan, 1999 .
- BRASIL. IBGE. – **Pesquisa nacional por amostragem em domicílio**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf Acesso em 2 de setembro de 2017
- BRASIL. IBGE 2010: Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/dados%20extrema%20pobreza.pdf>
- BRASIL. Ministério Público Federal. **PRONATEC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/inscricao/> Acesso em: 1 de setembro de 2017.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz and GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. *RAE electron*. [online]. 2002, vol.1, n.2 [cited 2017-11-30], pp.02-12. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 nov. 2017.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte, MG: UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2006.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 6. ed. . Campinas, SP: Autores Associados, c1996.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1968.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo, SP : Cortez, 1993.
- GAZIER, Bernad. **La pauvreté unidimensionnelle**. Paris: Economica, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- MONTAÑO, C. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento**. In: Serviço Social & Sociedade, n. 110, p. 270-287, 2012.
- PEREIRA, Carla Galvão; DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Renovação como estratégia de preservação**: ACM Neto e a tradição carlista.2014. 240 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014 conceituais. Rev. Pol. Pub, 2002.
- PEREIRA, Carla Galvão. **O JOGO ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES**: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Cad. CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 237-255, maio 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000200237&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 nov. 2017.
- SALVADOR (Município). **Decreto nº N° 25.822**, de 11 de fevereiro de 2015. Regulamenta a lei nº 8651/2014, que cria o projeto primeiro passo, e dá outras providências.

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2015/2582/25822/decreto-n-25822-2015-regulamenta-a-lei-n-86512014-que-cria-o-projeto-primeiro-passo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19/ 10/ 2017

SCHULTZ, T. 1973. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro : Zahar.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **O debate sobre a pobreza**: questões teórico-

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. IN: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007

UGÁ, Vivian Domigues. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial**. *Rev. Sciol. Polit.*, Curitiba, N. 23, p. 55-62, nov. 2004.

VANDERLEI DE CASTRO, E. (2013). **Promessas de campanha: espetacularização da questão social na eleição presidencial brasileira de 2010** [en línea], Colección, 23. Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/promessas-campanha-espetacularizacao.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2017

Programa de TV: Salvador não aceita a discriminação política I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 5' 30" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QjioUY4aUmA&t=119s>

Programa TV: Quando o povo quer, ninguém segura I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 10' Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AwzsxXVE7cg&t=116s>

Programa TV: A candidatura que nasceu das ruas, com o povo I ACM NETO 25. ACM Neto. Salvador: 2012. 5'14" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XUZYXdcm2Y>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0